

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.305 - RJ  
(2019/0258179-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : COOPERATIVA DOS MOTORISTAS AUTONOMOS DE TAXI  
TRES RIOS LTDA**  
**ADVOGADOS : LUÍS HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA - RJ119578  
ALISSON NETTO NEVES E OUTRO(S) - RJ122997  
LEANDRO EDUARDO DA SILVA MOREIRA - RJ179374**  
**EMBARGADO : LEONDIO BEZERRA DE ARAUJO**  
**ADVOGADO : CLÁUDIO RICARDO MARQUES SA LEITE - RJ133349**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por COOPERATIVA DOS MOTORISTAS AUTONOMOS DE TAXI TRES RIOS LTDA em face da decisão que não conheceu do agravo em recurso especial em razão da ausência de impugnação dos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que "o recorrente colecionou aos autos o aludido estatuto conforme às fls. 182/204, em que apresenta Direitos, Deveres e Obrigações, tudo em consonância com a Lei 5.764/71" (fl. 625).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Ressalte-se que o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno desta Corte, de que não se conhecerá do agravo em recurso especial que "*não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida*".

# Superior Tribunal de Justiça

A propósito, da análise do recurso de agravo em recurso especial observa-se que a parte agravante deixou de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Veja-se que a refutação apta a infirmar a decisão agravada deve ser efetiva, individualizada, específica e fundamentada. Ilustrativamente: AgRg no AREsp 226.300/PR, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 13/12/2012.

Ademais, a impugnação deve ser realizada em sede de agravo em recurso especial, sendo extemporânea a tentativa de impugnação específica formulada nesta seara dos embargos de declaração, uma vez que alcançada pela preclusão.

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente